

Volcker pede sólido programa econômico

Washington — O presidente do banco central americano (Federal Reserve), Paul Volcker, afirmou que o Brasil precisa de um “sólido programa econômico” e de trabalhar “tanto quanto possível com as instituições financeiras internacionais”, para crescer e gerar superávits para sair da crise que atravessa.

Falando a uma subcomissão do Comitê de Orçamento do Senado, Volcker disse ter confiança no Brasil, ressaltando que “é necessário estabelecer uma nova base para a política econômica e o desempenho do Brasil, para que se possa então abordar francamente o problema” de novos financiamentos.

— Sem dúvida o Brasil vai precisar de novos financiamentos, mas estes precisam ser combinados com um novo programa econômico — disse o presidente do Federal Reserve.

Volcker afirmou ainda que os Estados Unidos não se negariam a trabalhar junto com o governo brasileiro “na medida em que se objetive uma solução construtiva para o problema”.

Em outro depoimento separado, o secretário do Tesouro James Baker disse no Senado que acha o problema brasileiro “temporário” e que não acredita que ele levará outros países à moratória.

—Lamentamos o fato de o Brasil ter considerado necessário tomar uma atitude que esperamos que seja temporária. Estamos confiante de que a questão será resolvida entre o Brasil e seus credores privados. Esta é uma situação que nunca ocorreu antes. Mas os brasileiros deixaram claro que estão buscando negociações com os credores privados — disse o secretário.

Baker afirmou ainda que não acredita que o sistema bancário americano corra qualquer tipo de risco com a moratória brasileira, “a não ser que ela seja permanente”, e garantiu que não há motivo para pânico no sistema financeiro. De qualquer forma, Baker voltou a se dizer contrário a qualquer tentativa de perdoar parte da dívida externa dos países do Terceiro Mundo.

FMI

Brasília — O Brasil deve pagar em março 144 milhões de dólares ao Fundo Monetário Internacional (FMI), correspondentes ao vencimento de duas parcelas do empréstimo compensatório por queda na receita de exportações, contratado em janeiro de 83. Vencem também, no decorrer de 87, cerca de 90 milhões de dólares, por conta de outros empréstimos, mas o seu pagamento independe da contratação de novos recursos.

Os estatutos prevêem que toda a vez que um país membro do Fundo tem uma queda brusca nas exportações pode sacar até 83% de sua cota — no caso do Brasil, avaliados em 1,8 bilhão de dólares, pela cotação atual do DES (Direito Especial de Saques), usado como moeda para dimensionar as relações monetárias com o Fundo. Quando esta redução for combinada com a necessidade de aumentar a importação de alimentos, o limite sobe para 105% da cota.